

Servidor amplia greve

» VERA BATISTA

Mais de 30% dos 680 mil servidores públicos federais na ativa estão em greve desde o início do segundo semestre. E o movimento paredista tende a crescer a partir do dia 23, quando o funcionalismo se unirá no Dia Nacional de Mobilização contra o pacote anunciado pelo governo, que atinge fortemente a categoria. Hoje, os fiscais agropecuários engrossam a greve.

De acordo com Maurício Porto, presidente do Sindicato Nacional (Anffa Sindical), 56% dos profissionais na ativa têm condições de se aposentar. “O cancelamento dos concursos públicos, além da eliminação do abono de permanência de 11%, certamente, prejudicará os cidadãos”, argumentou Porto.

Segundo Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), mais grave que o congelamento dos **salários** — o reajuste previsto para janeiro próximo deve ser adiado para agosto de 2016 — é o fim do abono, que pode contaminar os Três Poderes e pegar em cheio parcela significativa dos 12,5 milhões de funcionários públicos do Brasil.

“É assustadora a possibilidade de o corte do abono de permanência se espalhar. Por ser uma medida meramente administrativa, o benefício pode ser extinto com uma canetada. Na essência, o abono pretendia justamente economizar recursos”, disse Marques. Ele teme o “pacote de maldades” não tenha chegado ao fim. “Há boatos de que o governo prepara nova reforma da Previdência apenas para servidores, com elevação da idade mínima. Parece que algo tenebroso está por vir”, destacou.

Precarização

Para Daro Piffer, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), o impacto negativo é maior do que



Funcionários do Judiciário pedem queda do veto ao reajuste da categoria

Pressão

Os servidores do Judiciário — há 96 dias em greve — reforçaram a pressão para derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto que autoriza reajustes salariais entre 53% e 78%. Ontem, cerca de mil pessoas protestaram na lateral do Senado. Elcimar Souza, coordenadora do sindicato da categoria (Sindjus-DF), explicou que trabalho de convencimento aos parlamentares continuará até a sessão conjunta do Congresso, em 22 de setembro, mesmo depois da divulgação do corte de gastos. “É um jogo político. O governo pressiona, mas nós não vamos desistir”, garantiu.

parece. Congelar concursos por três anos significa pelo menos cinco sem reposição de pessoal — tempo para organizar o certame e convocar os aprovados. “Como o serviço tem que ser feito, o pacote abre as portas à terceirização e, em consequência, à precarização do trabalho”, alertou.

Na avaliação de Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), “o governo decidiu colocar uma pá de cal no já sucateado serviço público”, ao obrigar servidores a abrir mão do abono de permanência. “Temos que reagir. O silêncio seria o sinal de que concordamos em ser o bode expiatório da crise, que não causamos. Vamos protestar no dia 23, em todos os estados. E no dia 28, nos reuniremos com as centrais sindicais, para ampliar o movimento”, disse Silva.

Segundo Rosa Jorge, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), o governo adotou a política errada.

“Se investisse em pessoal, apenas no combate à sonegação do FGTS daríamos retorno de R\$ 30 bilhões por ano”, disse Rosa.

O presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), Achilles Frias, garantiu que a categoria contribuiria para reduzir o estoque da dívida com a União, em torno de R\$ 1,5 trilhão. “A cobrança, certamente, evitaria a necessidade de ajuste fiscal. A cada R\$ 1 investido na PGFN, o retorno direto é de R\$ 820”, sinalizou.

Na avaliação de Marcos Leônio Ribeiro, presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), o aspecto mais dramático do pacote anunciado pelo governo é a insegurança sobre a manutenção do poder aquisitivo dos salários. “Muitos dos acordos salariais estavam oficializados. Faltavam apenas ser assinados. Agora, o governo diz que vai adiar o reajuste para agosto. Quem nos garante que não mudará novamente a data?”, questionou.